O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

O AGRONEGÓCIO NO PÓS-*IMPEACHMENT*

SE NÃO houver surpresas, os leitores receberão a edição deste mês com Dilma Rousseff em compasso de espera e Michel Temer pronto para assumir a Presidência da República.

O resultado final, pós-aceitação do processo de *impeachment* pelo Senado ainda pode demorar seis meses caso a presidente Dilma não renuncie, situação esta que parece mais provável. Como mostram alguns artigos deste mês, a situação econômica não será facilmente revertida, mas dificilmente piora. Isso porque, conforme mostrou a votação da Câmara, o Brasil está desgovernado. O sistema presidencialista exige um presidente forte, e, infelizmente, este não é o caso no momento atual. Temer poderá ter maior força de articulação para passar algumas medidas, amargas e necessárias, pelo Congresso.

O Brasil não pode permitir que sua taxa de desemprego continue aumentando na velocidade atual. A confiança precisa voltar. A partir dela, a economia lentamente será reajustada.

Curiosamente, Henrique Meirelles, que foi convidado por Temer para ser o ministro da Fazenda, também é o preferido de Lula! E, provavelmente, seria ele o ministro se Lula tivesse assumido o Ministério da Casa Civil e Dilma continuasse no poder. Por isso, não é fácil entender o Brasil. Mas, nossa obrigação é continuar desatando esse nó para os leitores. Para o agronegócio, mantemos a hipótese de dólar entre R$ 3,50 e R$ 4,00 e inflação em queda.

Recolocar a economia nos trilhos exigirá um esforço muito grande da sociedade, tanto por parte das famílias, quanto por parte do setor produtivo e do setor público. O processo de ajuste levará muito tempo. Como a economia não é uma unidade homogênea, nem todos os setores serão impactados pela crise na mesma intensidade. Como o agronegócio tem sido um dos setores menos impactados pela crise, um possível novo governo não deverá trazer mudanças profundas para a sua conjuntura. Uma acomodação do câmbio poderá ser muito boa para as cadeias produtivas endividadas em dólar ou pressionadas por custos de produção associados à moeda estrangeira.

Para o Plano Agrícola e Pecuário da safra 2016/17, como o cenário da deterioração das contas públicas não será resolvido no curto prazo, diminui a probabilidade de se contar com um volume de recursos mais favorável ou com novas políticas voltadas para o setor. Efetivamente, devido ao problema fiscal, não é possível descartar a hipótese de que as restrições no acesso ao crédito continuem sendo utilizadas como medidas para controlar os gastos observados no início da safra atual.

O conteúdo especial deste mês traz uma visão estratégia de curto, médio e longo prazos do setor sucroalcooleiro. Seja na produção de bicombustível, na fabricação de açúcar ou na geração de energia elétrica, a cadeia está preparada para reduzir o déficit de combustível, mitigar os efeitos nefastos do aquecimento global e gerar benefícios expressivos à sociedade, com investimentos e geração de empregos e renda.

Na cana-de-açúcar, a visão conjuntural é de uma safra 2016/17 cercada de problemas climáticos, com previsões de clima seco. Essa é a interrogação no plano de colheita dos produtores e na moagem das usinas. O ciclo 2015/16 foi considerado excepcional em termos de clima. Muitas unidades processadoras alongaram a safra e seguiram a moagem no verão deste ano. Como resultado, o mercado estima uma produção menor para a safra 2016/17. No último exercício, o endividamento do setor cresceu para um valor acima de R$ 100 bilhões. Este quadro dramático, somado à crise política e econômica nacional, afasta as decisões de investimentos.

No mercado do leite, o cenário para 2016 também é de cautela. Os custos de produção subiram mais do que o preço do leite pago ao produtor. Para a atividade com aplicação crescente de tecnologia, apesar da expectativa de queda no lucro, ainda se espera resultado positivo. Já a pecuária de leite de baixa tecnologia deve amargar mais um ano de prejuízo. ■

